



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2019

Processo Administrativo nº 81/2019

**PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE PIÊN E A ENTIDADE
ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE
PIÊN - AUP, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito em Exercício Sr. **EDUARDO PIRES FERREIRA**, brasileiro, casado, agricultor, portador da CI nº 1.553.721-3/PR e inscrito no CPF sob nº 394.037.349-49, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE PIÊN – AUP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.810.774/0001-00, com sede e foro em Piên, Estado do Paraná, na Rua Bahia, nº 404, Centro, em Piên/PR, CEP 83.860-000, fone (41) 99681-1764, declarada de utilidade pública pela Lei nº 806, de 28 de agosto de 2003, neste ato representada por sua Presidente eleita na Assembleia Geral realizada no dia 26/01/2019. **SRA. ADRIG DAIANA ANTUNES OLIVEIRA**, brasileira, casada, assessora jurídica, portadora da CI nº 9.945.393-1/PR, inscrita no CPF sob nº 057.963.139-75, residente e domiciliada na Rua Salvador, nº 38, Bairro Centro, em Piên, Estado do Paraná, doravante denominada **CONVENENTE**, celebram o presente **TERMO DE FOMENTO** de acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações posteriores, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas no Decreto Municipal nº 188/2013 e suas alterações, bem como, no Decreto Municipal nº 214/2017, nas condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE FOMENTO** tem por objeto promover, através da cooperação financeira e de forma viável, o transporte coletivo dos universitários e estudantes de cursos técnicos, que possuam cadastro regular junto à entidade, através de vans, ônibus, micro-ônibus e/ou outros veículos coletivos para as suas instituições de ensino.

Parágrafo único: Para atingir o objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pela entidade e aprovado pelo **CONCEDENTE**, que passa a integrar este **TERMO DE FOMENTO**, independentemente de sua transcrição.

22/1: Adrig @ CA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações do **CONCEDENTE**:

1. Fornecer os recursos para execução do objeto pactuado;
2. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente **TERMO DE FOMENTO**;
3. Emitir relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, considerando inclusive a prestação de contas por parte da **CONVENENTE**;
4. Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho, em conta bancária específica indicada pela entidade **CONVENENTE**;
5. Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
6. Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Piên;
7. Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site da Prefeitura de Piên;
8. Prorrogar, de ofício, a vigência da presente parceria, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período de atraso verificado, desde que ainda haja plena condição de execução do objeto e que a **CONVENENTE** esteja adimplente com suas obrigações e condições de habilitação;
9. Avaliar, junto aos representantes da **CONVENENTE**, a execução dos objetivos deste **TERMO DE FOMENTO**;
10. Atestar, através da Secretaria de Educação que a **CONVENENTE** dispõe de satisfatórias condições físicas e operacionais de funcionamento;
11. Exigir da **CONVENENTE** a prestação de contas na forma contábil, correspondente à última parcela recebida, de acordo com o cronograma de execução;
 - a. Havendo pendência da prestação de contas da última parcela liberada, será permitida a liberação da parcela seguinte, conforme previsto no cronograma de execução, apenas no caso de apresentação de justificativa fundamentada e aceita pelo Município.
12. Comunicar à **CONVENENTE** acerca de quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos referentes à presente parceria ou outras pendências de ordem técnica, suspendendo a liberação de recursos pelo prazo estabelecido para o saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período;
13. Em caso de não satisfação das pendências de que cogita o item anterior, apurar eventuais



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

danos e comunicar o fato à **CONVENENTE** para que promova o ressarcimento do valor apurado, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial;

14. Quando constatada a má aplicação dos recursos públicos que houverem sido transferidos, instaurar a competente Tomada de Contas Especial.

II – São obrigações da **CONVENENTE**:

1. Responsabilizar-se pela execução do objeto do presente **TERMO DE FOMENTO**;
2. Executar diretamente a integralidade do objeto pactuado na cláusula primeira, na forma e prazo estabelecidos no Plano de Trabalho, somente sendo permitida a contratação de serviços de terceiros caso haja previsão no Plano de Trabalho, ou em virtude de fato superveniente e imprevisto, devidamente justificado, e desde que aprovado pelo **CONCEDENTE**;
3. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
4. Permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da **CONCEDENTE**, bem como de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da **CONVENENTE**;
5. Inserir cláusula, no contrato que celebrar com fornecedor de bens ou serviços com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante;
6. Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
7. Se responsabilizar, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do **TERMO DE FOMENTO**, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, ou qualquer oneração do objeto da parceria ou ainda por qualquer restrição à sua execução.
8. Manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
9. Identificar o número do presente **TERMO DE FOMENTO** no corpo dos documentos de despesas;
10. Divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e

RZF:

Adriano P

CA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as informações relativas à parceria celebrada com o poder público;

11. Não praticar desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da organização da sociedade civil com relação a outras cláusulas básicas;
12. Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante contratação de profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, sendo vetada a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
13. Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e custos previstos;
14. Efetuar todas as movimentações relacionadas ao recurso deste **TERMO DE FOMENTO** em conta bancária específica e exclusiva para a execução da parceria objeto do presente instrumento;
15. Não realizar pagamentos, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
16. Não modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela administração pública;
17. Não realizar despesa em data anterior ao início da vigência da parceria;
18. Não efetuar pagamento em data posterior ao término da vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da administração pública;
19. Não realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros;
20. Não realizar despesas com publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
21. Não realizar despesas com obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
22. Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes e rendimentos, decorrentes das aplicações correspondentes ao presente **TERMO DE FOMENTO**, bem como, os decorrentes da conclusão, rescisão ou extinção da parceria, no prazo de 30 (trinta) dias do evento;
23. Efetuar cotações e pesquisas de preços, em atendimento ao princípio da economicidade, mediante prévia pesquisa de preços junto a, no mínimo, 3 (três) fornecedores do ramo do

438:

Adriano

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

- bem ou do serviço a ser adquirido, sob pena de responsabilidade pelos atos de gestão antieconômica;
24. Manter-se adimplente com o poder público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter sua regularidade fiscal, perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
 25. Comunicar o **CONCEDENTE** quanto à substituição dos responsáveis pela **CONVENENTE**, assim como alterações em seu estatuto, bem como enviar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
 26. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica da execução dos serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos, diretrizes, ações e atividades dos programas específicos relacionados ao objeto, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição, pela comunidade beneficiária, das benesses inerentes ao objeto conveniado;
 27. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio gerado com os investimentos decorrentes desta parceria, quando for o caso;
 28. Dispor de atendimento aberto ao público em geral sobre os assuntos relativos aos objetivos desta parceria, sempre prévia e amplamente divulgado através dos meios de comunicação disponíveis;
 29. Informar o Município sobre quaisquer problemas verificados na execução da presente parceria;
 30. Atender as recomendações, exigências e determinações do Município e dos agentes dos sistemas de controle interno e externo;
 31. Na forma contábil, prestar contas sobre a aplicação dos recursos financeiros, devidamente acompanhada de certidões negativas comprovando sua regularidade fiscal, nos termos da Legislação vigente e conforme Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas alterações;
 32. Aplicar o saldo da parceria, enquanto não empregados em sua finalidade, em caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a 1 (um) mês.
 33. As receitas financeiras auferidas conforme o item anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito da parceria e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar dos demonstrativos específicos que integrarão as prestações de contas;
 34. Se responsabilizar, de forma exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

RZB: *Adriag* *@* *CA*



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

35. Observar, no que couber, todas as exigências da Lei Federal nº 13.019/14 e na Resolução nº 28/2011-TCE/PR e suas alterações, bem como na Instrução Normativa nº 61/2011-TCE/PR, no que estas não conflitarem a Lei Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REPASSE E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste **TERMO DE FOMENTO**, no presente exercício, o **CONCEDENTE** transferia à **CONVENENTE**, de acordo com o cronograma de execução, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Parágrafo Primeiro. As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

Parágrafo Segundo. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica da parceria em instituição financeira indicada pela administração pública.

Parágrafo Terceiro. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

Parágrafo Quarto. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do **TERMO DE FOMENTO** ou do Plano de Trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, através da celebração de Termo Aditivo, nos seguintes casos:

- I - acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor global inicialmente previsto para a parceria;
- II - supressões, sem limitação de montante;
- III - remanejamento de recursos sem a alteração do valor global;
- IV - ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho.

Parágrafo Quinto. O remanejamento dos recursos de que trata o parágrafo anterior somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pela administração pública responsável pela parceria.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Sexto. O cronograma de desembolso deve ser seguido conforme previsão abaixo:

1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela
R\$ 4.800,00	R\$ 4.400,00	R\$ 4.400,00	R\$ 4.400,00	R\$ 4.400,00
6ª parcela	7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	
R\$ 4.400,00	R\$ 4.400,00	R\$ 4.400,00	R\$ 4.400,00	

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para custeio do presente ajuste correrão à conta do Orçamento Municipal da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, através da seguinte dotação orçamentária 08.001.12.364.0009.2018-33.50.41.00.00.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO E DAS HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência e execução do presente **TERMO DE FOMENTO** se inicia a partir de sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2019, a qual poderá ser prorrogada, através de termo aditivo.

Parágrafo Primeiro. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil/entidade, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

Parágrafo Segundo. A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo Terceiro. Caberá ao Município providenciar a publicação do extrato do presente **TERMO DE FOMENTO** no órgão oficial de imprensa do Município de Piên, no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil/entidade deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

prestação de contas.

Parágrafo Primeiro. A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no presente **TERMO DE FOMENTO**.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas parcial, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto vinculadas à parcela liberada.

Parágrafo Terceiro. A organização da sociedade civil está obrigada a prestar as contas finais da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, conforme estabelecido no respectivo instrumento.

Parágrafo Quarto. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil/entidade sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Quinto. O prazo referido no item anterior é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A administração pública está incumbida de realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma do regulamento.

Parágrafo Primeiro. Fica a Sra. Ingrid Rubiane de Bassi Fragoso, integrante do quadro de pessoal efetivo do Município, portadora da CI nº 9.795.293-0/PR, designada como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do presente **TERMO DE FOMENTO**.

Parágrafo Segundo. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada esfera de governo.

CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGATORIEDADE DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

Fica a **CONVENENTE** obrigada a restituir o valor recebido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o tesouro do Município, quando:

- a) Não for executado o objeto desta Parceria;
- b) Não for apresentado, no prazo estipulado, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- c) Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste **TERMO DE FOMENTO**.

Parágrafo único. Compromete-se, ainda, a **CONVENENTE**, a recolher à conta da concedente o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, ainda que não tenha feito a aplicação dos recursos.

CLÁUSULA NONA – DA PARALISAÇÃO OU DA OCORRÊNCIA DE FATOS RELEVANTES

O **CONCEDENTE** tem a prerrogativa de assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme o artigo 73 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações e nos termos do art. 65 do Decreto Municipal nº 214/2017 quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá aplicar à Organização da Sociedade Civil as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - suspensão temporária;
- III - declaração de inidoneidade.

Parágrafo Primeiro. É facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Parágrafo Segundo. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela Organização da Sociedade Civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Terceiro. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública Municipal.

Parágrafo Quarto. A sanção de suspensão temporária impede a Organização da Sociedade Civil de participar de Chamamento Público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal por prazo não superior a dois anos.

Parágrafo Quinto. A sanção de declaração de inidoneidade impede a Organização da Sociedade Civil de participar de Chamamento Público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a Organização da Sociedade Civil ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Parágrafo Sexto. A condução do processo apuratório administrativo e a aplicação das sanções previstas neste **TERMO DE FOMENTO** e no Decreto Municipal nº 214/2017 serão de competência da Comissão Processante Permanente da Administração Pública Municipal em conjunto com o Secretário Municipal da pasta relacionada à parceria em análise.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente **TERMO DE FOMENTO** poderá ser rescindido, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 214/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RETENÇÃO DE VALORES

O descumprimento de qualquer das obrigações por parte da entidade implica a imediata e automática retenção dos valores pelo Município, que somente os liberará depois de efetivamente cumpridas as obrigações apontadas pelo Município como não satisfeitas.

224:

Adriano

A+



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da organização da sociedade civil com relação a outras cláusulas básicas;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

É vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados, sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

É vedada também a celebração de parcerias previstas na Lei nº 13.019/2014 que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ANEXOS

Fazem parte do presente **TERMO DE FOMENTO**:

- a) O Plano de Trabalho;
- b) Todos os documentos constantes do Edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2018**, o qual deu origem a este Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

É competente o Foro da comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, para dirimir questões referentes ao presente ajuste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

E para constar, foi lavrado o presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença das testemunhas adiante assinadas, em 03 (três) vias de igual teor.

Piên/PR, 11 de março de 2019.

EDUARDO PIRES FERREIRA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Município de Piên

CONCEDENTE

ADRIG DAIANA ANTUNES OLIVEIRA

ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE PIÊN - AUP

CONVENENTE

Testemunhas:

Nome: **Cristiano Quadros**

Nome: **Ingrid Rubiane de Bassi Fragosso**

Associação dos Universitários de Piên AUP

CNPJ: 05.810.774/0001-00

PLANO DE TRABALHO

I – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE			
ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE PIÊN (A.U.P.)			
01 – CNPJ 05.810774/0001-00	02 - NOME FANTASIA A.U.P	03 – DATA DE FUNDAÇÃO 03/11/2005	
04 - ENDEREÇO COMPLETO RUA BAHIA	05 - Nº RUA BAHIA		06 – CADASTRO NA SECRETARIA OU FUNDO
07 – MUNICÍPIO PIÊN/PR	08 - CAIXA POSTAL	09 – CEP 83860 – 000	10 – UF PR
11 - DDD 41	12 - FONE 9 8761-8902	13 - FAX	14 - E-MAIL auppien@outlook.com
15 - NOME DO COORDENADOR RESPONSÁVEL PELA TRANSFERÊNCIA THACYA AMANDA LEAL DE BARROS		16 - TELEFONE (41) 99709-7210	17 - E-MAIL amands_leal@live.com
18 – DADOS DA CONTA BANCÁRIA: BANCO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL			
AGÊNCIA: 4609			
Nº DA CONTA: 715-0			

Carla

R

Associação dos Universitários de Piên AUP

CNPJ: 05.810.774/0001-00

II – IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE				
19 - NOME DO DIRIGENTE DA ENTIDADE				20 - CPF Nº
ADRIG DAIANA ANTUNES OLIVEIRA				057.963.139-75
21 - CARGO OU FUNÇÃO	22 - DATA DA POSSE	23 - DATA DO ENCERRAMENTO DO MANDATO	24 - RG Nº	25 - ÓRGÃO EXPEDIDOR
	26/01/2019	26/01/2020	9.945.393-1	SESP/PR

DESCRIÇÃO DO PLANO

Identificação do Objeto a ser executado:

Apoiar a classe estudantil de nível técnico e superior, que possuam cadastro regular junto à entidade que residam no município de Piên/PR, através do subsídio parcial de despesas dos estudantes com deslocamento até as respectivas instituições de ensino localizadas fora do Município de Piên; constituir forma de incentivo e garantia de acesso à profissionalização de jovens e adultos e por consequência, colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Justificativa da Solicitação:

A Associação dos Universitários de Piên (A.U.P.), surgiu em 2003, com o objetivo de identificar e administrar os interesses relacionados aos estudantes residentes na cidade de Piên. Interesses esses: transporte viável e de qualidade até as devidas instituições de ensino, maior comunicação e auxílio perante as instituições de ensino, convivência com outros universitários do mesmo curso ou de outros.

Uma de suas funções é auxiliar na organização do transporte coletivo de estudantes de cursos técnicos e universitários do município, que estiverem devidamente cadastrados junto à associação, através de vans, ônibus, micro-ônibus e/ou outros veículos coletivos, até as suas referidas instituições de ensino. Atualmente os alunos de cursos técnicos e universitários utilizam transporte coletivo, através de micro-ônibus, vans e ônibus, para transportarem-se até suas instituições de ensino. A grande maioria dos

Adriana

(1)

Associação dos Universitários de Piên

AUP

CNPJ: 05.810.774/0001-00

cadastrados dirige-se às instituições Univille, Unisociesc, UDESC, SENAI e SENAC em São Bento do Sul/SC e à UNC em Mafra/SC, onde frequentam diversos cursos, porém também há alunos que estudam em Curitiba/PR e deslocam-se diariamente até a capital.

A AUP também intermedia a contratação de empresas prestadoras de serviço de transporte coletivo, buscando, com isso, conseguir melhores preços e condições de pagamento, transporte de melhor qualidade e segurança, além de integrar o convívio entre os estudantes pienenses, desde o deslocamento inicial até as instituições, buscando assim as alternativas que prestigiem a coletividade em detrimento do individualismo.

A parceria a ser firmada entre os partícipes visa subsidiar parcialmente os custos de deslocamento dos universitários e demais estudantes até as suas instituições de ensino. Desta forma, a AUP busca a parceria do poder público na promoção do desenvolvimento profissional da comunidade pienense, na medida em que desempenha atividades de apoio aos estudantes conforme estabelecido em suas finalidades institucionais.

Ressalta-se que o subsídio dos custos com o transporte de alunos de cursos técnicos e universitários se dará de forma proporcional às despesas, onde aqueles que desembolsam valor maior, receberão, conseqüentemente, um subsídio maior, ressalta-se ainda que poderão beneficiar-se com a parceria qualquer estudante do município de Piên, ainda que não seja associado à AUP, mediante cadastro junto à entidade.

Contamos com o apoio e o auxílio do Município de Piên, para subsidiar o transporte coletivo dos estudantes pienenses, contribuindo para que os mesmos possam galgar um futuro cada vez mais brilhante, para si mesmos e para o nosso município.

Destinatários do Serviço - População Beneficiada

A AUP beneficia todos os universitários e estudantes de cursos técnicos pienenses, desde que estes possuam cadastro junto à entidade, e que possuam interesse em se deslocar para as Universidades através de vans, ônibus, micro-ônibus e/ou outros veículos coletivos.

Estima-se que cerca de 70 (setenta) alunos de cursos técnicos e superiores serão beneficiados diretamente com a parceria.

Adry

P

Associação dos Universitários de Piên AUP

CNPJ: 05.810.774/0001-00

Estimativas de Metas a Serem Atingidas:

Espera-se com esta parceria subsidiar parcialmente o transporte de alunos de cursos técnicos e universitários, através de vans, ônibus, micro-ônibus ou outros veículos de transporte coletivo.

A A.U.P tem como metas para o ano de 2019 promover ações, a fim de angariar recursos para a instituição, com vistas ao melhor desempenho das atividades.

Desenvolver projetos sociais como a campanha do agasalho e participará do "Baile da Escolha da Rainha da Festa do Produtor Rural", promovidos anualmente. Buscar parcerias com entidades congêneres.

Etapas ou Fases de Execução

Serão nove parcelas, totalizando o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinadas ao pagamento de transporte coletivo de vans, ônibus, micro-ônibus e/ou outros transportes coletivos aos estudantes cadastrados junto à AUP.

Adriano

R

Associação dos Universitários de Piên

AUP

CNPJ: 05.810.774/0001-00

PLANO DE APLICAÇÃO

Discriminação	Custo Unitário Mensal (1ª parcela)	Custo Unitário Mensal (demais parcelas)	Custo Unitário Anual
DESPESAS CORRENTES:			
Prestação de Serviços Pessoa Jurídica - Transporte coletivo a alunos de cursos superiores para a Instituição de Ensino Univille em São Bento do Sul/SC	1.290,00	1.160,00	10.570,00
Prestação de Serviços Pessoa Jurídica - Transporte coletivo a alunos de cursos técnicos e superiores para instituições de ensino em São Bento do Sul/SC	1.530,00	1.400,00	12.730,00
Prestação de Serviços Pessoa Jurídica - Transporte coletivo a alunos de cursos superiores para a Instituição de Ensino UnC em Mafra/SC	1.880,00	1.740,00	15.800,00
Prestação de Serviços Pessoa Jurídica - Transporte coletivo a alunos de cursos superiores para instituições de ensino em Curitiba/PR	100,00	100,00	900,00
TOTAL R\$	4.800,00	4.400,00	40.000,00

Período de Execução: Início: Após a liberação dos recursos (Previsão para Março/2019)
Fim: 31/12/2019

Abreu

©

Associação dos Universitários de Piên AUP

CNPJ: 05.810.774/0001-00

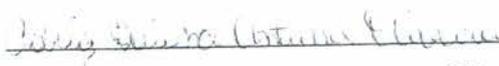
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

1ª parcela MAR/2019	2ª parcela ABR/2019	3ª parcela MAI/2019	4ª parcela JUN/2019	5ª parcela JUL/2019
4.800,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00
6ª parcela AGO/2019	7ª parcela SET/2019	8ª parcela OUT/2019	9ª parcela NOV/2019	
4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, firma o presente e pede deferimento.

Piên/PR, 18 de Fevereiro de 2019



Adrig Daiana Antunes Oliveira
Presidente A.U.P

APROVO O PRESENTE PLANO DE APLICAÇÃO



EDUARDO PIRES FERREIRA
Prefeito em exercício do Município de Piên/PR

Piên/PR, 11 de março de 2019.



Prefeitura Municipal de Piên

Rua Amazonas nº 373 - Centro - Piên - Paraná - CEP 83.860-000

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 003/2019

Processo Administrativo nº 81/2019

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **JOÃO OSMAR MENDES**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº 3.270.822/SC e inscrito no CPF sob nº 857.823.869-91, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, a **ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE PIÊN – AUP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.810.774/0001-00, com sede e foro em Piên, Estado do Paraná, na Rua Bahia, nº 404, Centro, em Piên/PR, CEP 83.860-000, fone (41) 99681-1764, declarada de utilidade pública pela Lei nº 806, de 28 de agosto de 2003, neste ato representada por sua Presidente eleita na Assembleia Geral realizada no dia 26/01/2019. Sra. **ADRIG DAIANA ANTUNES OLIVEIRA**, brasileira, casada, assessora jurídica, portadora da CI nº 9.945.393-1/PR, inscrita no CPF sob nº 057.963.139-75, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada **CONVENENTE**, celebram o presente **ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO**, nas condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES NO PLANO DE TRABALHO

Fica acrescido o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ao Plano de Trabalho relativo ao Termo de Fomento nº 003/2019 em razão do seguinte:

I) Acréscimo na Dotação 3.3.90.39.99 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES DO VALOR DE REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas no **TERMO DE FOMENTO Nº 003/2019**, no presente exercício, o **CONCEDENTE** transferirá à **CONVENENTE**, o valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme cronograma de desembolso abaixo:



Prefeitura Municipal de Piên

Rua Amazonas n° 373 - Centro - Piên - Paraná - CEP 83.860-000

1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela
R\$ 4.800,00	R\$ 4.400,00	R\$ 4.400,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.080,00
6ª parcela	7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	
R\$ 6.080,00	R\$ 6.080,00	R\$ 6.080,00	R\$ 6.080,00	

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalterados o objeto pactuado entre as partes e as demais cláusulas e condições não modificadas direta ou indiretamente por este instrumento.

E para constar, foi lavrado o presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença das testemunhas adiante assinadas, em 02 (duas) vias de igual teor.

Piên/PR, 25 de junho de 2019.



JOÃO OSMAR MENDES

PREFEITO

CONCEDENTE



ADRIG DAIANA ANTUNES OLIVEIRA

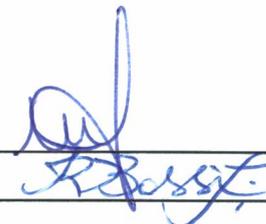
ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE PIÊN – AUP

CONVENENTE

Testemunhas:

Nome: **Norilda Grossl Sacht**

Nome: **Ingrid Rubiane de Bassi Fragoso**





Associação dos Universitários de Piên

AUP

CNPJ: 05.810.774/0001-00

2º PLANO DE TRABALHO

I – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE PIÊN (A.U.P.)			
01 – CNPJ 05.810774/0001-00	02 - NOME FANTASIA A.U.P		03 – DATA DE FUNDAÇÃO 03/11/2005
04 - ENDEREÇO COMPLETO RUA BAHIA		05 - Nº 404	06 – CADASTRO NA SECRETARIA OU FUNDO
07 – MUNICÍPIO PIÊN/PR	08 - CAIXA POSTAL	09 – CEP 83860 – 000	10 – UF PR
11 - DDD 41	12 - FONE 9 8761-8902	13 - FAX	14 - E-MAIL aupprien@outlook.com
15 - NOME DO COORDENADOR RESPONSÁVEL PELA TRANSFERÊNCIA THACYA AMANDA LEAL DE BARROS		16 - TELEFONE (41) 99709-7210	17 - E-MAIL amands_leal@live.com
18 – DADOS DA CONTA BANCÁRIA: BANCO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL			
AGÊNCIA: 4609			
Nº DA CONTA: 715-0			



Associação dos Universitários de Piên AUP

CNPJ: 05.810.774/0001-00

II – IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE				
19 - NOME DO DIRIGENTE DA ENTIDADE ADRIG DAIANA ANTUNES OLIVEIRA				20 - CPF Nº 057.963.139-75
21 - CARGO OU FUNÇÃO	22 - DATA DA POSSE 26/01/2019	23 - DATA DO ENCERRAMENTO DO MANDATO 26/01/2020	24 - RG Nº 9.945.393-1	25 - ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP/PR

DESCRIÇÃO DO PLANO

Identificação do Objeto a ser executado:

Apoiar a classe estudantil de nível técnico e superior, que possuam cadastro regular junto à entidade que residam no município de Piên/PR, através do subsídio parcial de despesas dos estudantes com deslocamento até as respectivas instituições de ensino localizadas fora do Município de Piên; constituir forma de incentivo e garantia de acesso à profissionalização de jovens e adultos e por consequência, colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Justificativa da Solicitação:

A Associação dos Universitários de Piên (A.U.P.), surgiu em 2003, com o objetivo de identificar e administrar os interesses relacionados aos estudantes residentes na cidade de Piên. Interesses esses: transporte viável e de qualidade até as devidas instituições de ensino, maior comunicação e auxílio perante as instituições de ensino, convivência com outros universitários do mesmo curso ou de outros.

Uma de suas funções é auxiliar na organização do transporte coletivo de estudantes de cursos técnicos e universitários do município, que estiverem devidamente cadastrados junto à associação, através de vans, ônibus, micro-ônibus e/ou outros veículos coletivos, até as suas referidas instituições de ensino.

Atualmente os alunos de cursos técnicos e universitários utilizam transporte coletivo, através de micro-ônibus, vans e ônibus, para transportarem-se até suas instituições de ensino. A grande maioria dos



Associação dos Universitários de Piên

AUP

CNPJ: 05.810.774/0001-00

cadastrados dirige-se às instituições Univille, Unisociesc, UDESC, SENAI e SENAC em São Bento do Sul/SC e à UNC em Mafra/SC, onde frequentam diversos cursos, porém também há alunos que estudam em Curitiba/PR e deslocam-se diariamente até a capital.

A AUP também intermedia a contratação de empresas prestadoras de serviço de transporte coletivo, buscando, com isso, conseguir melhores preços e condições de pagamento, transporte de melhor qualidade e segurança, além de integrar o convívio entre os estudantes pienenses, desde o deslocamento inicial até as instituições, buscando assim as alternativas que prestigiem a coletividade em detrimento do individualismo.

A parceria a ser firmada entre os partícipes visa subsidiar parcialmente os custos de deslocamento dos universitários e demais estudantes até as suas instituições de ensino. Desta forma, a AUP busca a parceria do poder público na promoção do desenvolvimento profissional da comunidade pienense, na medida em que desempenha atividades de apoio aos estudantes conforme estabelecido em suas finalidades institucionais.

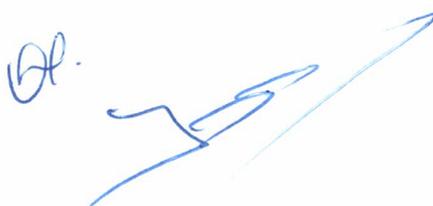
Ressalta-se que o subsídio dos custos com o transporte de alunos de cursos técnicos e universitários se dará de forma proporcional às despesas, onde aqueles que desembolsam valor maior, receberão, conseqüentemente, um subsídio maior, ressalta-se ainda que poderão beneficiar-se com a parceria qualquer estudante do município de Piên, ainda que não seja associado à AUP, mediante cadastro junto à entidade.

Contamos com o apoio e o auxílio do Município de Piên, para subsidiar o transporte coletivo dos estudantes pienenses, contribuindo para que os mesmos possam galgar um futuro cada vez mais brilhante, para si mesmos e para o nosso município.

Destinatários do Serviço - População Beneficiada

A AUP beneficia todos os universitários e estudantes de cursos técnicos pienenses, desde que estes possuam cadastro junto à entidade, e que possuam interesse em se deslocar para as Universidades através de vans, ônibus, micro-ônibus e/ou outros veículos coletivos.

Estima-se que cerca de 70 (setenta) alunos de cursos técnicos e superiores serão beneficiados diretamente com a parceria.



Associação dos Universitários de Piên AUP

CNPJ: 05.810.774/0001-00

Estimativas de Metas a Serem Atingidas:

Espera-se com esta parceria subsidiar parcialmente o transporte de alunos de cursos técnicos e universitários, através de vans, ônibus, micro-ônibus ou outros veículos de transporte coletivo.

A A.U.P tem como metas para o ano de 2019 promover ações, a fim de angariar recursos para a instituição, com vistas ao melhor desempenho das atividades.

Desenvolver projetos sociais como a campanha do agasalho e participará do “Baile da Escolha da Rainha da Festa do Produtor Rural”, promovidos anualmente. Buscar parcerias com entidades congêneres.

Etapas ou Fases de Execução

Serão nove parcelas, totalizando o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinadas ao pagamento de transporte coletivo de vans, ônibus, micro-ônibus e/ou outros transportes coletivos aos estudantes cadastrados junto à AUP.



Associação dos Universitários de Piên

AUP

CNPJ: 05.810.774/0001-00

PLANO DE APLICAÇÃO

Discriminação	Custo Unitário Mensal (1ª parcela)	Custo Unitário Mensal (2ª e 3ª parcelas)	Custo Unitário Mensal (4ª parcela)	Custo Unitário Mensal (demais parcelas)	Custo Unitário Anual
DESPESAS CORRENTES:					
Prestação de Serviços Pessoa Jurídica – Transporte coletivo a alunos de cursos superiores para a Instituição de Ensino Univille em São Bento do Sul/SC	1.290,00	1.160,00	1.725,00	1.750,00	14.085,00
Prestação de Serviços Pessoa Jurídica – Transporte coletivo a alunos de cursos técnicos e superiores para instituições de ensino em São Bento do Sul/SC	1.530,00	1.400,00	1.965,00	1.990,00	16.245,00
Prestação de Serviços Pessoa Jurídica – Transporte coletivo a alunos de cursos superiores para a Instituição de Ensino UnC em Mafra/SC	1.880,00	1.740,00	2.310,00	2.340,00	19.370,00
Prestação de Serviços Pessoa Jurídica – Transporte coletivo a alunos de cursos superiores para instituições de ensino em Curitiba/PR	100,00	100,00	---	---	300,00
TOTAL R\$	4.800,00	4.400,00	6.000,00	6.080,00	50.000,00

Período de Execução: Início: Após a liberação dos recursos (Previsão para Março/2019)
Fim: 31/12/2019

AP.

Associação dos Universitários de Piên AUP

CNPJ: 05.810.774/0001-00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

1ª parcela MAR/2019	2ª parcela ABR/2019	3ª parcela MAI/2019	4ª parcela JUN/2019	5ª parcela JUL/2019
4.800,00	4.400,00	4.400,00	6.000,00	6.080,00
6ª parcela AGO/2019	7ª parcela SET/2019	8ª parcela OUT/2019	9ª parcela NOV/2019	
6.080,00	6.080,00	6.080,00	6.080,00	

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, firma o presente e pede deferimento.

Piên/PR, 14 de junho de 2019.

Adrig Daiana Antunes Oliveira

Adrig Daiana Antunes Oliveira

Presidente A.U.P

APROVO O PRESENTE PLANO DE APLICAÇÃO

JOÃO OSMAR MENDES

Prefeito do Município de Piên/PR

Piên/PR, 25 de junho de 2019.

superior a 60(sessenta) anos (um titular e um suplente), representantes da entidade, à vaga de Conselheiro, devendo apresentar:

- Cópia da Ata de Eleição da atual diretoria.
- Cópia do Cartão do CNPJ – ativo e atualizado.
- Requerimento emitido e assinado pelo representante legal da Entidade, com endereço de funcionamento, indicando os candidatos a titular e suplente com os respectivos números dos documentos de identidade.
- Cópia de documento de identidade dos candidatos.

2.3. Competência do Conselheiro: Compete ao Conselheiro dos Direitos da Pessoa Idosa as ações previstas na Lei nº. 1045/2010, com poder de deliberação e controle das políticas públicas da política municipal do idoso, bem como participação em reuniões ordinárias e extraordinárias.

Obs: A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa é considerada de interesse público relevante e não é remunerada.

3. CRITÉRIOS ORIENTADORES

3.1. A verificação da documentação exigida aos candidatos será feita pela Comissão Organizadora, nomeada pelo Decreto nº 140, de 26 de junho de 2019, que também analisará os casos omissos a serem homologados pela assembleia.

3.2. Não havendo número suficiente de candidatos e/ou delegados, caberá a assembleia decidir sobre os encaminhamentos do processo de escolha.

3.3. Não serão aceitos credenciamentos de Candidatos e Delegados após as 17h00min, do dia 12 de julho de 2019, salvo se não houver número suficiente de candidatos, passando à Assembleia o poder de decisão.

3.4. O delegado previamente credenciado participará do Processo de Escolha, mediante apresentação do seu documento de identidade.

Maiores informações: 3632-2119 tratar com Scheila.

Piên, 27 de junho de 2019.

JOÃO OSMAR MENDES

Prefeito Municipal

Publicado por:

Luciana Lubke

Código Identificador:A959278A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DECRETO Nº 141, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

DECRETO Nº 141, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 97, DE 22 DE JUNHO DE 2015, QUE “CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, item IX, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 97, de 22 de junho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal De Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS os seguintes membros:
I - Secretaria de Administração e Finanças: Jose Luiz de Barros (titular) e Claudinei de Siqueira (suplente);
II – Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Juliana Cachoeira Bueno Franco (titular) e Nelson Silvano Simões (suplente);
III - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: Cristiane Telma Abuda (titular) e Moacir Gravi Gonçalves (suplente);
IV - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater: Jair Zeferino da Silva Junior (titular) e Heloise Ane Parchen (suplente);

V – Secretaria de Educação: Noili Fortescki Gassner (titular) e Norilda Grossl Sacht (suplente);

VI - Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Aginaldo Soares Martins (titular) e Maria Leoni Mendes (suplente);

VII – Representantes do meio rural:

a) Ilario Taschek (titular) e Laurindo Tschoeke (suplente);

b) Afonso Dziedzic (titular) e Douglas Sura (suplente);

c) Albano Rorbacher (titular) e João Ludvinski Filho (suplente);

d) Jose Edimar Grosskopf (titular) e Amauri Brunnquell (suplente);

e) Jorge Stafin (titular) e Diogo Malinovski (suplente);

f) Pedro Osni Zappe (titular) e Silvio Antonio Zappe (suplente).” (NR)

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável nomeado pelo Decreto nº 97, de 22 de junho de 2015, responderão pelas competências e atribuições do período relativo à julho de 2017 à 26 de junho de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 27 de junho de 2019.

JOÃO OSMAR MENDES

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

JACQUELINE NIEZER

Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:

Luciana Lubke

Código Identificador:2C66CF97

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2019

PROCESSO Nº 1908/2018

É inexigível a licitação, na forma do art. 25, II, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, a despesa abaixo especificada:

Interessado: Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil

Objeto: Inscrição de 02 (dois) participantes no 21º Encontro Regional de Gestores Municipais de Assistência Social da Região Sul”, promovido pelo CONGEMAS, a se realizar nos dias 04 e 05 de julho de 2019, em Foz do Iguaçu/PR.

Participante: Carla de Fátima Rudnick Mendes e Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde

Contratado: **COLEGIADO DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL DO ESTADO DO PARANA**

CNPJ: 03.675.355/0001-79

Endereço: Rua Eduardo Sprada, nº 4520, Campo Comprido, em Curitiba/PR, CEP 81.270-010, fone (41) 3350-3517

Dotação Orçamentária: 10.003.08.244.0012.2027-3390394800

Valor: R\$ 600,00 (Seiscentos reais).

Prazo de pagamento: Em até 10 (dez) dias após a realização do encontro.

Piên/PR, 27 de junho de 2019

JOÃO OSMAR MENDES

Prefeito

Publicado por:

Doroti de Fatima Pieckocz

Código Identificador:2C0EF272

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 003/2019

Processo Administrativo nº 81/2019

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu

Prefeito Sr. **JOÃO OSMAR MENDES**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº 3.270.822/SC e inscrito no CPF sob nº 857.823.869-91, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, a **ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE PIÊN – AUP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.810.774/0001-00, com sede e foro em Piên, Estado do Paraná, na Rua Bahia, nº 404, Centro, em Piên/PR, CEP 83.860-000, fone (41) 99681-1764, declarada de utilidade pública pela Lei nº 806, de 28 de agosto de 2003, neste ato representada por sua Presidente eleita na Assembleia Geral realizada no dia 26/01/2019. Sra. **ADRIG DAIANA ANTUNES OLIVEIRA**, brasileira, casada, assessora jurídica, portadora da CI nº 9.945.393-1/PR, inscrita no CPF sob nº 057.963.139-75, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada **CONVENIENTE**, celebram o presente **ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO**, nas condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES NO PLANO DE TRABALHO

Fica acrescido o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ao Plano de Trabalho relativo ao Termo de Fomento nº 003/2019 em razão do seguinte:

I) Acréscimo na Dotação 3.3.90.39.99 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES DO VALOR DE REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas no **TERMO DE FOMENTO Nº 003/2019**, no presente exercício, o **CONCEDENTE** transferirá à **CONVENIENTE**, o valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme cronograma de desembolso abaixo:

1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela
R\$ 4.800,00	R\$ 4.400,00	R\$ 4.400,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.080,00
6ª parcela	7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	
R\$ 6.080,00	R\$ 6.080,00	R\$ 6.080,00	R\$ 6.080,00	

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalterados o objeto pactuado entre as partes e as demais cláusulas e condições não modificadas direta ou indiretamente por este instrumento.

E para constar, foi lavrado o presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença das testemunhas adiante assinadas, em 02 (duas) vias de igual teor.

Piên/PR, 25 de junho de 2019.

JOÃO OSMAR MENDES

Prefeito
Concedente

ADRIG DAIANA ANTUNES OLIVEIRA

Associação Dos Universitários De Piên – AUP
Conveniente

Testemunhas:

Nome: _____
Norilda Grossi Sacht

Nome: _____
Ingrid Rubiane de Bassi Fragoso

Publicado por:
Ingrid Rubiane de Bassi Fragoso
Código Identificador:34289E24

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO 1ª ALTERAÇÃO DO EDITAL E NOVA DATA DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2019
PROCESSO Nº 1106/2019

O processo em epígrafe fica alterado nos seguintes termos:

• TERMO DE REFERÊNCIA:

I. OBJETO: Aquisição de 03 (três) licenças de Programa CAD em atendimento a Secretaria de Planejamento, Obras e Urbanismo, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTDE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
01	Contratação de serviço de assinatura de licença permanente de Software de desenho assistido por computador (CAD - Computer Aided Design) com suporte técnico, para projetos técnicos de arquitetura e engenharia, conforme especificações e condições comerciais apresentadas neste TR e no Edital.	03 licenças	R\$ 3.131,35	R\$ 9.394,05

(...)

II. DETALHAMENTO DO OBJETO:

II.I Especificações gerais do software:

- A Licença mínima por três anos, podendo ser ativada e reativada quantas vezes forem necessárias;

- A licença deverá ser monousuário, ou seja, cada licença adquirida será ativada em computadores distintos, sem dependência de funcionamento entre um e outro computador;

- Programa de desenho auxiliado por computador (CAD), que permite a elaboração e edição de gráficos vetoriais;

- A extensão dos arquivos devem ser do tipo DWG, que permitam desenhar, editar, anotar e medir projetos bi ou tridimensionais de forma automatizada;

- O mesmo de ter plataforma amigável, compatível com o sistema operacional Windows, e similar aos programas de CAD consagrados, que hoje estão disponíveis no mercado;

- Deve também permitir a customização visual de menus, além de suportar arquivos de customização (CUI, MNU e MNS);

- O idioma do software e a entrada de linhas de comando deve ser preferencialmente em inglês, ou com reconhecimento bilíngue automático (português e inglês) na entrada dos dados;

- Conter ainda: suporte a arquivos LISP, central de design (layers, blocks, dimensions), barra de propriedades lateral, gerenciamento de estilos de impressão, opção de desfazer/refazer comandos ilimitados e seleção automatizada de elementos geométricos através de Auto Snapping;

- O software deverá ser fornecido na última versão disponibilizada pelo fabricante, caso a mesma não seja do ano corrente, ou seja, 2019, a Contratada deverá disponibilizar a próxima versão que for lançada durante o referido ano.

II.II. O software CAD deverá possuir os seguintes recursos:

- Solução que facilita a criação e confecção de desenhos técnicos através de ferramentas para desenho de: pontos, linhas, poli linhas, multilinhas, arcos, polígonos, poli linha, raio, spline, elipse, entidades complexas (agrupamento de entidades mais simples).

- Recursos para desenhos precisos, podendo especificar: dimensões, inclinações, raios, linhas contínuas, projeções, inserção de blocos para layout de ambientes, offset para afastamentos, cálculo de áreas e de perímetros, escalas de projetos, dentre outras.

- Recursos para criação e edição de tabelas, fornecendo número de linhas e colunas. Recursos para manipulação de tabelas como inserção e remoção de linhas e colunas e mesclagem de células. Formatação de tabelas a partir de estilos.